

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo JCPM acredita que para desenvolver regiões é preciso desenvolver as pessoas que nelas vivem. A partir dessa diretriz, criou o Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social, responsável por fazer o elo entre os empreendimentos comerciais e as necessidades das comunidades onde estão inseridos. O foco é atender jovens de 16 a 24 anos, estudantes e ou egressos de escolas públicas, moradores dos bairros dos entornos dos empreendimentos, formados majoritariamente por pessoas de baixa renda no Recife, Salvador, Fortaleza e Aracaju. O Instituto estrutura suas atividades a partir de quatro eixos: empregabilidade, ações socioculturais, de cidadania e empreendedorismo. Dessa maneira, desenvolve projetos de formação de mão de obra, apoiando tanto na inserção no mercado de trabalho, como no desenvolvimento do potencial de cada um, a partir da entrada no mercado formal, além de iniciativas que visam dinamizar a microeconomia local. Ao investir no desenvolvimento pessoal e profissional da juventude, trabalha-se diuturnamente com a meta de mudar a expectativa de futuro de cada uma das pessoas beneficiadas pelo projeto, abrindo novas possibilidades e aumentando as condições competitivas de cada uma para as oportunidades que possam surgir com o desenvolvimento local.

No ano de 2022, foi possível a retomada da realização de todas as atividades de forma presencial, permitindo a execução de ações importantes suspensas durante os anos anteriores em virtude da pandemia da covid-19. As atividades foram desenvolvidas com o número total de 7.719 atendimentos e 841 inserções formais no mercado de trabalho. Quanto aos números de atendimentos realizados:

- 2.066 jovens participaram da ação de Elevação da Escolaridade;
- 3.234 jovens realizaram cursos de qualificação profissional e oficinas de habilidades específicas e cursos curtos para atender às demandas do mercado local;
- 388 jovens foram preparados para inserção na universidade a partir de cursos preparatórios para o ENEM;
- 168 jovens fizeram parte do Programa Jovem Aprendiz, parceria entre o Instituto e o SENAC;
- 1.153 jovens realizaram cursos de férias nos meses de janeiro e julho;
- 326 jovens participaram das ações empreendedoras;
- 294 jovens fizeram formações ligadas ao Mundo Digital;

- 90 pessoas participaram de atividades de bem-estar e saúde;
- 890 jovens participaram de workshops e oficinas voltadas ao protagonismo;

Conselho Deliberativo

João Carlos Paes Mendonça - Presidente
Jaime de Queiroz Lima Filho - Vice-Presidente
João Carlos Paes Mendonça Tavares de Melo - Vice-Presidente
Marcelo Tavares de Melo Filho - Vice-Presidente
Renato Paes Mendonça Tavares de Melo - Vice-Presidente

Diretoria

Maria Lúcia Alves de Pontes - Diretora Superintendente
Rafael Monteiro de Barros Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro
Carlos André de Arruda Falcão - Diretor de Controles
Carla Rossana de Seixas - Diretora de Comunicações
Francisco Rezende Brasil Bacelar - Diretor de Divisão Imobiliária
Arnaldo da Costa Porto Filho - Contador - CRC/PE - 022272/O-7

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio social	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	464	653	Contas a pagar (Nota 6.7)	267	39
Adiantamentos (Nota 6.7)	114	5	Salários e encargos	335	264
Outros ativos	37	30	Tributos a pagar	114	97
Total do ativo circulante	615	688	Total do passivo circulante	716	400
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 9)		
Imobilizado (Nota 8)	1.223	650	Patrimônio social	956	1.083
Intangível	6	18	Superávit (déficit) acumulado	172	(127)
Total do ativo não circulante	1.229	668	Total do patrimônio líquido	1.128	956
Total do ativo	1.844	1.356	Total do passivo e patrimônio líquido	1.844	1.356

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto JCPM de Compromisso Social ("Entidade" ou "Instituto") foi constituído em 20 de dezembro de 2006, conforme instrumento e registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Recife, sob o nº de ordem 750813. A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade tem por finalidade executar práticas sociais que favoreçam o desenvolvimento justo e sustentável, beneficiando os grupos mais vulneráveis da sociedade, desenvolvendo ações de natureza exclusivamente social, utilizando metodologias que fortaleçam e promovam: o desenvolvimento econômico e social equitativo; a melhoria das condições de educação; o empreendedorismo voltado para micros e pequenos negócios e para as experiências de sistemas alternativos de geração de emprego e crédito; o voluntariado social; a assistência social, quando através dela se alcança autonomia familiar; apoios técnicos e financeiros às instituições e programas sociais; ações científicas e acadêmicas que subsidiem a implantação de práticas sociais inovadoras; e a prática de atividades correlatas às expressamente nomeadas.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetos advêm, principalmente, de doações realizadas pelos seus associados e conveniados. As doações são recebidas à medida que os recursos sejam necessários para suprir as eventuais necessidades de caixa da Entidade.

O Instituto JCPM de Compromisso Social, por ser uma entidade sem fins lucrativos, está enquadrada como imune em relação ao imposto de renda e isenta em relação à contribuição social, nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97.

2. Base de depreciação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("CPC PME")). NBC TG 1001 – Contabilidade para pequenas empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Entidade em 26 de junho de 2023. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e despesas no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 8: estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do imobilizado.

4.2. Julgamentos

A Entidade entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1. Reconhecimento das receitas das doações e contribuições

As receitas de doações e contribuições são registradas quando recebidas.

6.2. Despesas das atividades

As despesas das atividades referem-se principalmente a gastos com pessoal, serviços prestados e de manutenção dos projetos desenvolvidos pela Entidade ou por terceiros, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Entidade e estão registradas pelo regime de competência.

6.3. Receitas e despesas financeiras

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

6.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 8.

6.6. Intangível

Os gastos associados à aquisição do direito de uso de softwares de propriedade de terceiros, que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados pelo período de 5 anos.

6.7. Contas a pagar e adiantamentos

As contas a pagar, no valor de R\$ 267 (2021 - R\$ 39), são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Os adiantamentos, no valor de R\$ 114 (2021 - R\$ 5), referem-se a fornecedores de serviços administrativos. Os adiantamentos são baixados no momento da finalização do serviço.

6.8. Ativos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros como "ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado", os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem aplicações financeiras, adiantamentos e outros ativos.

6.9. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos - conta corrente	109	259
Aplicações financeiras (a)	355	394
	464	653

(a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI em 100% para os exercícios de 2022 e 2021.

8. Imobilizado

	2022	2021	Vida útil estimada (em anos)
	Custo de aquisição	Saldo líquido	
Benefícios em edificações	319	269	25
Equipamentos	282	171	10
Móveis e utensílios	230	142	10
Equipamentos de informática	1.010	618	5
Outros	1	-	10
Obras em andamento	23	23	-
	1.865	1.223	650

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	650	597
Aquisições	725	155
Depreciação	(152)	(102)
Saldo em 31 de dezembro	1.223	650

9. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social - Representa o patrimônio social inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente, após a aprovação de contas pela diretoria e associados. O superávit (déficit) do exercício é registrado no grupamento superávit (déficit) acumulado, no patrimônio social.

As receitas auferidas pela Entidade devem ser empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, descritos na Nota 1 às demonstrações financeiras. No caso de eventual encerramento das atividades da Entidade, por meio de proposta do Conselho Deliberativo e aprovado

pela Assembleia Geral dos Associados, o patrimônio constituído será transferido ou alienado integralmente ao patrimônio de Entidade congênera, a critério definido e aprovado pelos seus associados.

Em reunião realizada em 23 de setembro de 2021, a Assembleia dos associados aprovou a incorporação do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 318, ao patrimônio social da Entidade. Em reunião realizada em 6 de junho de 2022, a Assembleia dos associados aprovou a incorporação do déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 127, ao patrimônio social da Entidade.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)	2022	2021
Receitas das atividades		
Doações e contribuições recebidas (Nota 10)	7.964	6.368
Receitas financeiras	82	29
	8.046	6.397
Despesas das atividades		
Projetos desenvolvidos pela Entidade (Nota 11)	(6.522)	(5.352)
Doações para projetos de parceiros (Nota 12)	(1.186)	(1.056)
Despesas administrativas	-	-
Depreciação e amortização	(164)	(116)
Despesas financeiras	(2)	-
	(7.874)	(6.524)
Superávit (déficit) do exercício	172	(127)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)	Superávit (déficit)		
	Patrimônio social	acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	765	318	1.083
Incorporação do superávit acumulado (Nota 9)	318	(318)	-
Déficit do exercício	-	(127)	(127)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.083	(127)	956
Incorporação do déficit acumulado (Nota 9)	(127)	127	-
Superávit do exercício	-	172	172
Saldos em 31 de dezembro de 2022	956	172	1.128

10. Doações e contribuições recebidas

	2022	2021
Riomar Shopping S.A.	2.026	1.067
Salvador Norte Shopping S.A.	1.138	578
João Carlos Paes Mendonça	1.020	2.333
Salvador Shopping S.A.	982	631
Riomar Shopping Fortaleza S.A.	921	687
Riomar Fortaleza Norte S.A.	856	592
Shopping Center Jardins S.A.	489	240
Riomar Shopping Aracaju S.A.	439	240
JCPM Trade Center S.A. (Nota 11)	93	-
	7.964	6.368

11. Projetos desenvolvidos pela Entidade

A Entidade promove ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens das comunidades do Pina e de Brasília Teimosa, em Recife, em Salvador, em Aracaju e em Fortaleza. Os programas de formação e capacitação são a porta de entrada para novas oportunidades no mercado de trabalho, especialmente para os que têm entre 16 e 24 anos, matriculados ou egressos do ensino médio de escolas públicas. Os gastos realizados no exercício são de R\$ 6.522 (R\$ 5.352 em 2021).

A Entidade acredita que trabalhar na elevação da escolaridade é um papel importante realizado junto às comunidades nas quais atua. Essa etapa é fundamento porque permite ao jovem reforçar conteúdos exigidos pelo mercado de trabalho. Há uma constante preocupação em desenvolver, nos participantes, atitudes que associam as vivências cotidianas - sociais e culturais - com posturas condizentes com o mundo corporativo. Além disso, a preparação para o vestibular é outra peça importante no desenvolvimento dos jovens.

Compreendendo o momento de vulnerabilidade de famílias carentes e sem possibilidade de desempenhar atividades econômicas em função da pandemia do Covid-19, a Entidade desenvolveu projeto para doação de cestas básicas a essas famílias. O investimento feito nesse exercício foi de R\$ 39 (2021 - R\$ 1.031).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto JCPM de Compromisso Social
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto JCPM de Compromisso Social (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto JCPM de Compromisso Social em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de maio de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	172	(127)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	164	116
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos	(109)	(4)
Outros ativos	(7)	(6)
Contas a pagar	228	(44)
Salários e encargos sociais	71	59
Tributos a pagar	17	27
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	536	21
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 8)	(725)	(155)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(725)	(155)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(189)	(134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	653	787
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	464	653

Adicionalmente, em 2022, a Entidade se comprometeu a promover a reestruturação das instalações físicas do Núcleo de Segurança do Pina a que abriga a sede do 19º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Pernambuco, localizado na comunidade do Pina, objetivando trazer mais segurança para os habitantes daquela comunidade. Em 2022, foram efetuados gastos com a reestruturação, no montante de R\$ 93, cujos recursos foram doados à Entidade pela JCPM Trade Center S.A.

12. Doações para projetos de parceiros

	2022	2021
Instituto Shopping Recife de Responsabilidade Social	(518)	(357)
Fundação Terra	(432)	(432)
Doação de cadeiras de rodas	(63)	(60)
Fundação Alice Figueira de Apoio ao IMIP	(13)	(6)
Associação das Religiosas da Instrução Cristã	(12)	(15)
Lar dos Pequenos de Jesus	(11)	(13)
Núcleo de Apoio à Criança com Câncer - NACC	(11)	(7)
Associação Lar do Neném	(10)	(6)
Associação dos Servos de Deus	-	(51)
Outros	(116)	(109)
	(1.186)	(1.056)

Referem-se a doações de recursos financeiros e materiais para custeio de projetos de entidades parceiras de assistência social que têm como objetivo manter atividades de natureza filantrópica, beneficente, cultural e educacional.

13. Cobertura de seguros

A contratação de seguros é feita com base em programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com os bens pertencentes à Entidade. Para estes bens, foi contratado seguro para riscos diversos, com cobertura total de R\$ 2.000, montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, segundo a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,